



as
p

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL Nº 0281480-0

APELANTE: MUNICÍPIO DE IPOJUCA

APELADO: LEMUEL FILICIANO DA SILVA

RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

EMENTA: AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS. CONTRATO TEMPORÁRIO PARA ATENDIMENTO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. ÔNUS PROBATÓRIO. ART. 333, INCISO I DO CPC. CABE AO AUTOR COMPROVAR O FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO. APELAÇÃO CÍVEL PROVIDA.

1 - O conflito em tela gira em torno do direito ao recebimento de horas extras a ex-servidor temporário do Município de Ipojuca que exercia o cargo de Guarda Municipal;

2 - Pelas provas dos autos, restou incontroversa a prestação de serviço pelo apelado ao apelante através de contrato administrativo regido pelas leis municipais nº 1.400/2004 e 1.514/2008, regulamentadas pelo decreto municipal nº 02/2010;

3 - Não merece ser acolhida a tese do apelado de que faria jus, a título de horas extras, ao recebimento dos valores referentes à diferença entre a carga horária prevista na cláusula quarta do contrato administrativo celebrado entre as partes (fls. 15/18) e a carga horária prevista nas leis municipais nº 1.400/2004 e 1.514/2008, regulamentadas pelo decreto municipal nº 02/2010;

4 - Da leitura do contrato de trabalho de fls. 28, facilmente se percebe que o apelado se encontrava submetido a uma jornada laboral semanal de 44 horas e não 60, como afirmado. Ora, no anexo I do contrato coletivo de trabalho firmado entre a municipalidade e outras 7 pessoas, sequer consta o nome do autor, não podendo este magistrado concluir que os efeitos do contrato a ele se estenderiam;

5 - Ao alegar que laborou em sobrejornada durante o interregno contratual, o autor, ora apelado, atraiu para si o ônus da prova do fato constitutivo do seu direito, conforme estatui o inciso I do art. 333 do Digesto Processual Civil, dever este do qual não se desincumbiu satisfatoriamente;

6 - Ademais, constam das fichas financeiras referentes aos exercícios de 2007 a 2011 pagamentos de horas extras ao apelado e, ao afirmar, mais uma vez, que recebeu em desacordo com o que efetivamente faria jus, não conseguiu sequer demonstrar o valor da verba salarial sonegada, o que inviabilizaria, mais uma vez, o deferimento do seu pleito;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

96
PC

7 – Apelação cível provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nestes autos de Apelação Cível nº 0281480-0, acordam os Desembargadores que integram a Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia 03/10/13, à unanimidade, em **DAR PROVIMENTO** à apelação cível, tudo conforme os votos constantes nas notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 03/10/13


~~Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo~~
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

89
16

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL Nº 0281480-0

APELANTE: MUNICÍPIO DE IPOJUCA

APELADO: LEMUEL FILICIANO DA SILVA

RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

RELATÓRIO

Trata-se de apelação cível interposta pelo MUNICÍPIO DE IPOJUCA contra sentença exarada nos autos da ação ordinária de cobrança nº 0001989-54.2011.8.17.0730, na qual foram julgados procedentes os pedidos formulados para condenar o apelante ao pagamento de horas extras ao apelado, descontadas indenizações pagas administrativamente, com correção monetária e juros de mora de 0,5% ao mês, além de custas processuais e honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação.

Em suas razões, o apelante argui que o contrato por prazo determinado para atendimento a excepcional interesse público seria regido por normas de direito público, não incidindo as normas constantes da Consolidação das Leis Trabalhistas, mas as delineadas nas leis municipais nº 1.400/2004 e 1.514/2008, regulamentadas pelo decreto municipal nº 02/2010. Afirma que a mencionada legislação não prevê o pagamento de horas extras, salvo aquelas prévia e expressamente autorizadas pelo Chefe do Executivo.

Assevera, ainda, que a lei 1.439/2006, que regulamenta a carga horária dos guardas municipais, prevê que a duração máxima do trabalho de 30 horas semanais não será aplicada quando se tratar de hipóteses de adoção de regime de compensação de 12x36 (doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso) e que as horas em sobrejornada pagas referir-se-iam àquelas eventualmente trabalhadas.

Devidamente intimada, a parte recorrida apresentou contrarrazões às fls. 68/73.

Manifestando-se às fls. 83/86, o representante do Ministério Público deixou de lavrar parecer por entender inexistir interesse que justificasse a intervenção do *Parquet*.

É o que cumpre relatar. À revisão.

Recife, 26/07/2013.


Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

ax
d

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL Nº 0281480-0

APELANTE: MUNICÍPIO DE IPOJUCA

APELADO: LEMUEL FILICIANO DA SILVA

RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

VOTO

O conflito em tela gira em torno do direito ao recebimento de horas extras a ex-servidor temporário do Município de Ipojuca que exercia o cargo de Guarda Municipal.

Pelas provas dos autos, restou incontroversa a prestação de serviço pelo apelado ao apelante através de contrato administrativo regido pelas leis municipais nº 1.400/2004 e 1.514/2008, regulamentadas pelo decreto municipal nº 02/2010.

A natureza do contrato em discussão era, como reconhecem ambas as partes, de pacto temporário para atendimento de excepcional interesse público, não sendo motivo hábil, a princípio, para afastar do obreiro o recebimento de horas extras, direito social de extração constitucional e de inegável fundamentalidade.

É o que dispõe, expressamente, a Constituição Federal em seu art. 7º. inciso XVI:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

Contudo, conforme sustentado pelo apelante, não merece ser acolhida a tese do apelado de que faria jus, a título de horas extras, ao recebimento dos valores referentes à diferença entre a carga horária prevista na cláusula quarta do contrato administrativo celebrado entre as partes (fls. 15/18) e a carga horária prevista nas leis municipais nº 1.400/2004 e 1.514/2008, regulamentadas pelo decreto municipal nº 02/2010. Vejamos.

Primeiramente, da leitura do contrato de trabalho de fls. 28, facilmente se percebe que o apelado se encontrava submetido a uma jornada laboral semanal de 44 horas e não 60, como afirmado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

98
pl

Ainda, no anexo I do contrato coletivo de trabalho firmado entre a municipalidade e outras 7 pessoas, sequer consta o nome do autor, não podendo este magistrado concluir que os efeitos do contrato a ele se estenderiam.

Segundo, ao alegar que laborou em sobrejornada durante o interregno contratual, o autor, ora apelado, atraiu para si o ônus da prova do fato constitutivo do seu direito, conforme estatui o inciso I do art. 333 do Digesto Processual Civil, dever este do qual não se desincumbiu satisfatoriamente.

Ademais, constam das fichas financeiras referentes aos exercícios de 2007 a 2011 pagamentos de horas extras ao apelado e, ao afirmar, mais uma vez, que recebeu em desacordo com o que efetivamente faria jus, não conseguiu sequer demonstrar o valor da verba salarial sonegada, o que inviabilizaria, mais uma vez, o deferimento do seu pleito.

Diante do exposto, que adoto como razões para decidir, **VOTO** pelo **PROVIMENTO** da apelação cível, invertendo-se o ônus sucumbencial, cuja cobrança fica suspensa nos termos do art. 12 da lei 1.060/51, por ser o apelado beneficiário da justiça gratuita.

É como voto, Senhores Desembargadores.

Recife, 03/10/13

Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

05

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 281480-0 – IPOJUCA (VARA DA FAZENDA PÚBLICA)

APELANTE: MUNICÍPIO DE IPOJUCA

ADVOGADO: THIAGO JOSÉ MILET CAVALCANTI FERREIRA PE028007

APELADO: LEMUEL FILICIANO DA SILVA

ADVOGADO: AÉCIO NORDMAN LOPES CAVALCANTE PE026652D

RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

REVISOR: DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

VOTO DE REVISÃO

Tomando por empréstimo os argumentos apresentados pelo eminente Relator, voto pelo provimento da Apelação, por conseguinte, julgo improcedente a Ação de Cobrança nº 1989-54.2011.8.17.0730, com inversão do ônus sucumbencial, cuja cobrança fica suspensa por ser o apelado beneficiário da justiça gratuita.

Recife, 03 de *Outubro* de 2013.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Revisor